



# FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORTÊS

## Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

Dezembro(31/12/2018)

### ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORTÊS

Exercício de 2018

100

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE REGINALDO MORAIS DOS SANTOS, WILMAR PIRES BEZERRA  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 08cece8-9cd5-495e-bac0-04d8e7286a32

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
<b>RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS</b>							
EXERCÍCIO 2011	2.247,75	0,00	0,00	2.247,75	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2016	134.796,90	0,00	0,00	123.796,90	0,00	0,00	11.000,00
EXERCÍCIO 2017	729.779,55	0,00	510.932,47	213.802,08	0,00	0,00	5.045,00
EXERCÍCIO 2018	0,00	941.534,64	0,00	0,00	0,00	0,00	941.534,64
Sub-total	866.824,20	941.534,64	510.932,47	339.846,73	0,00	0,00	957.579,64
<b>RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS</b>							
EXERCÍCIO 2016	410.209,50	0,00	146.442,18	123.765,37	0,00	0,00	140.001,95
EXERCÍCIO 2017	214.525,61	0,00	12.445,20	163.581,80	0,00	0,00	38.498,61
EXERCÍCIO 2018	0,00	519.657,58	0,00	0,00	0,00	0,00	519.657,58
Sub-total	624.735,11	519.657,58	158.887,38	287.347,17	0,00	0,00	698.158,14
<b>DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES</b>							
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	7.675,08	253.116,63	253.595,00	0,00	0,00	0,00	7.196,71
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	37.763,07	120.014,53	73.686,04	0,00	0,00	0,00	84.091,56
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	396.036,20	39.615,05	0,00	0,00	0,00	0,00	435.651,25
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS	12.615,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.615,72
ISS	102.767,50	27.273,70	0,00	0,00	0,00	0,00	130.041,20
PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.294,25	14.412,28	14.167,56	0,00	0,00	0,00	2.538,97
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	269.042,75	326.304,83	269.072,97	0,00	0,00	0,00	326.274,61
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	76.383,32	24.724,21	23.705,04	0,00	0,00	0,00	77.402,49
Sub-total	904.577,89	805.461,23	634.226,61	0,00	0,00	0,00	1.075.812,51
<b>T O T A L</b>	<b>2.396.137,20</b>	<b>2.266.653,45</b>	<b>1.304.046,46</b>	<b>627.193,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.731.550,29</b>

\*

\*



**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORTÊS**  
**EXERCÍCIO FINANCEIRO 2018**

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Municipal de Saúde de Cortês – com sede a Rua Celso Borba, 48 – Centro, Cortês – Pernambuco, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, sob o nº 10.373.148/0001-25

Apresentamos as Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis, conforme determina a Resolução TC nº 048/2018, elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP) e a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o qual discrimina a fidedigna circunstância orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município.

As Demonstrações Contábeis, transcrevem os resultados da execução orçamentária, financeira e patrimoniais, obedecendo fielmente os preceitos contidos na legislação que conduz o setor.

Todos os registros contábeis do exercício de 2018 foram executados através de sistema informatizado, fornecido por Fiorilli Sociedade Civil Ltda, que tem atividade principal o desenvolvimento e locação de software, situada na Av. Marginal, 65, Distrito Industrial – Bálsamo - SP, CEP 15.150-000, cuja ferramenta é adequada ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada, comparando os valores previstos e fixados com os efetivamente executados.



A receita realizada e o saldo correspondem ao superávit (se as receitas realizadas forem superiores às despesas empenhadas) ou déficit de arrecadação (diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas).

Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

As informações estruturais do Balanço orçamentário:

1. Previsão Inicial: Demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA);
2. Previsão Atualizada: Demonstra os valores da previsão atualizada das receitas, que refletem a re-estimativa da receita;
3. Dotação Inicial: Demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA);
4. Dotação Atualizada: Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos.
5. Receitas Realizadas: Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária;
6. Despesas Empenhadas: Demonstra os valores das despesas empenhadas no exercício, inclusive das despesas em liquidação, liquidadas ou pagas;
7. Despesas Liquidadas: Demonstra os valores das despesas liquidadas no
8. Despesas Pagas: Demonstra os valores das despesas pagas no exercício de referência.

#### **ANÁLISE ORÇAMENTARIA 2018:**

#### **Receita Orçamentária:**

Os registros de classificação da receita foram efetuados em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 8ª edição, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional.



Foi previsto arrecadação de receitas no exercício de 2018 de R\$ 8.666.000,00. Arrecadou-se o valor de R\$ 8.401.990,33.

Previsão Inicial: Demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA);

#### **1. Resultado : Receita x Despesas**

A execução orçamentária da receita e da despesa apresentou no exercício de 2018 um Déficit Orçamentário no valor R\$ 3.211.052,78.

#### **Despesas Orçamentárias:**

Foi fixada a despesa no exercício de 2018 de 12.186,820,00 A execução transcorreu da seguinte forma: Empenhada R\$ 11.613.043,11, Liquidada R\$ 11.093.385,53 e Paga R\$ 10.151.850,89, desta feita, o valor utilizado em relação ao previsto foi de 95,29%.

#### **Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados – ANEXO I**

Os Restos a Pagar Não Processados foram inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício 2018, registrados nas classes de contas de controle de aprovação e execução do orçamento (classes 5 e 6, respectivamente) do PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, compondo o resultado financeiro nos quadros complementares ao Balanço Patrimonial.

Foram inscritos em Restos a pagar não processados em exercícios anteriores o valor de R\$ 624.735,11 , no exercício de 2018 foram inscritos o total de R\$ 519.657,58 , houve a liquidação e pagamento no valor de R\$ 158.887,38 e cancelados R\$. 287.347,17, finalizando com um saldo total de R\$ 698.158,14.

**Demonstrativo de Execução dos restos a pagar processados – ANEXOS II**

Foram inscritos Restos a Pagar Processados, correspondentes aos saldos credores das obrigações liquidadas, tais como pessoal e encargos sociais, fornecedores e outros.

Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores o valor é R\$ 866.824,20. Foram inscritos em 31.12.2018 foi 941.534,64, Pagos R\$ 510.932,47, cancelados R\$. 339.846,73 e finalizando o exercício com o saldo a pagar R\$ 957.579,64.

**BALANÇO FINANCEIRO**

O Balanço Financeiro demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra-orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

É composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso,
- discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- os recebimentos e os pagamentos extra-orçamentários;
- as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária,
- o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

**INGRESSOS****1. Receita Orçamentária**

Os valores de correspondente as receitas orçamentárias que ingressaram, no exercício financeiro de 2018, correspondem ao valor de total de R\$ 8.401.990,33.

**2. Transferências Financeiras - Recebidas**

Foi recebido durante o exercício o valor de R\$ 1.936.031,53.

**3. Ingressos Extra-Orçamentários**

Totalizando o valor de R\$ 2.281.521,22 desmembrado da seguinte forma:  
Restos a pagar (inscrição) Processados R\$ 941.534,64 e Não Processados R\$ 519.657,58 , Consignações R\$ 805.461,23.

**4. Saldo do Exercício Anterior**

Caixa e Bancos em 31.12.2017 - R\$ 1.334.029,87.

**DISPÊNDIOS****1. Despesa Orçamentária**

O valor total da despesa Orçamentária empenhada em 2018 foi de R\$ 11.613.043,11.

**2. Despesa - Extra-Orçamentária**

Totalizaram o valor de R\$ 1.315.651,74, desmembrado da seguinte forma Restos a pagar (Pagos) Processados R\$ 510.932,47 e Restos a Pagar Não Processados (pago) R\$. 158.887,38 e Consignações R\$ 634.226,81 , Créditos a Receber Salário Família R\$. 11.605,28.

**3. Saldo para o exercício seguinte**

Caixa e Bancos em 31.12.2018.....R\$ 1.024.878,10.

**BALANÇO PATRIMONIAL**

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).



Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) do MCASP: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Parte V – Demonstrações Contábeis, 8ª edição, 2018.

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante.

A Lei nº 4.320/64, confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

O Balanço Patrimonial é composto por:

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c) Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d) Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

O Balanço Patrimonial permite análises diversas acerca da situação patrimonial da entidade, como sua liquidez.

#### **ANÁLISE:**

### **1. ATIVO CIRCULANTE**

Composto por ativos que atendem um dos dois seguintes critérios:

- a) estarem disponíveis para realização imediata; ou
- b) terem expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: seja caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis no curto prazo.



### 1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

CREDITOS E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Descrição	2018	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.024.878,10	1.334.029,87
<b>Total.....</b>	<b>1.024.878,10</b>	<b>1.334.029,87</b>

### 1.2 Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curso do exercício social subsequente.

CREDITOS A CURTO PRAZO		
Descrição	2018	2017
Demais Créditos e Valores a curto prazo	5.947,75	0,00
<b>Total.....</b>	<b>5.947,75</b>	<b>0,00</b>

## 2. ATIVO NÃO CIRCULANTE

Compreende os ativos têm expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis.





Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo amortizar do ativo diferido.

### 2.1 Investimentos (Participações Permanentes)

Participação do ente municipal no CONSUL – Consórcio Público dos Municípios da Mata Sul Pernambucano.

INVESTIMENTOS		
Descrição	2018	2017
Participações Permanentes	2.823.998,41	0,00
Total.....	<b>2.823.998,41</b>	<b>0,00</b>

### 2.2 Imobilizado

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Durante o exercício de 2018, o imobilizado sofreu acréscimo de R\$ 352.301,16, em virtude da realização de despesa de capital, com aquisição de bens no valor de R\$ 180.016,34 e com ampliação de imóveis no valor de R\$ 172.284,82.

Imobilizado		
Descrição	2018	2017
Bens móveis	1.765.932,34	1.585.916,00
Bens Imóveis	1.162.776,47	990.491,65
Total.....	<b>2.928.708,81</b>	<b>2.576.407,65</b>



### 3 PASSIVO CIRCULANTE

Compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria, independentemente do prazo de exigibilidade.

#### 3.1 Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos qual o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar		
Descrição	2018	2017
Pessoal a Pagar	462.251,61	294.076,59
Encargos Sociais a Pagar	84.700,82	98.421,86
<b>Total.....</b>	<b>546.952,43</b>	<b>392.498,45</b>

#### 3.2 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de



serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		
Descrição	2018	2017
Fornecedores Nacionais	410.627,21	474.325,75
<b>Total.....</b>	<b>410.627,21</b>	<b>474.325,75</b>

### 3.3 Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Demais Obrigações a Curto Prazo		
Descrição	2018	2017
Valores Restituíveis	1.075.812,51	904.577,89
<b>Total.....</b>	<b>1.075.812,51</b>	<b>904.577,89</b>

## 4 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Compreende os passivos exigíveis **após doze meses** da data das demonstrações contábeis.

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

### 4.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo (DÍVIDA FUNDADA)



Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos qual o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

<b>Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo</b>		
<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
INSS a Pagar	89.012,02	89.012,02
Total.....	<b>89.012,02</b>	<b>89.012,02</b>

## 5 PATRIMONIO LIQUIDO

Compreendem o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

<b>Patrimônio Líquido</b>		
<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Resultado do exercício	2.611.105,49	(-211.380,26)
Resultado de exercícios anteriores	2.050.023,41	2.261.403,67
<b>Total Patrimônio Líquido.....</b>	<b>4.661.128,90</b>	<b>2.050.023,41</b>



## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP permite a análise das alterações dos elementos patrimoniais e do desempenho da administração pública

### Variações Patrimoniais Quantitativas

Descrição	2018	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas	10.687.078,83	10.723.982,85
Descrição	2018	2017
Variações Patrimoniais Diminutivas	8.075.973,34	10.935.363,11
Descrição	2018	2017
Resultado Patrimonial	2.611.105,49 (Superávit)	211.380,26 (Superávit)

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará:

- a) as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b) os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis;
- c) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta Demonstração permite a análise de capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

Cortês, 01 de Março de 2019.

**Maria da Conceição da Silva**  
Secretária de Saúde

**José Carlos Batista dos Santos**  
-Contador-



**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E  
COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS**

Declaramos, conforme determina Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª Edição, que o **Fundo Municipal de Saúde de Cortês**, apresenta as Demonstrações Contábeis do período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2018, que a elaboração dos balanços do Município estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos na já citada norma, observadas todas as particularidades, descritas na respectivas notas explicativas.

Todos os registros contábeis do exercício de 2018 foram executados através de sistema informatizado, fornecido por Fiorilli Sociedade Civil Ltda, que tem atividade principal o desenvolvimento e locação de software, situada na Av. Marginal, 65, Distrito Industrial – Bálsamo - SP, CEP 15.150-000, cuja ferramenta é adequada ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

Cortês, 01 de Março de 2019.

**Maria da Conceição da Silva**  
Secretária de Saúde

**José Carlos Batista dos Santos**  
-Contador-

## Fundo Municipal de Assistência Social de Cortês

Resolução TC nº 52, de 06 de fevereiro de 2019

Demonstrativo da Dívida Flutuante

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no período			Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa		Inscrição	Baixa	
			Pagamento	Cancelamento			
<b>Restos a pagar (Subtotal)</b>	115.775,72	167.646,47	96.744,65	-	-	16.828,45	169.849,09
<b>Processados</b>							
Ano 2017	95.102,91	16.828,45	96.744,65	-	-	-	15.186,71
Ano 2018	-	57.958,08	-	-	-	-	57.958,08
<b>Subtotal dos RPP</b>	95.102,91	74.786,53	96.744,65	-	-	-	73.144,79
<b>Não Processados</b>							
Ano 2016	2.640,00	-	-	-	-	-	2.640,00
Ano 2017	18.032,81	-	-	-	-	16.828,45	1.204,36
Ano 2018	-	92.859,94	-	-	-	-	92.859,94
<b>Subtotal dos RPNP</b>	20.672,81	92.859,94	-	-	-	16.828,45	96.704,30
<b>Depósitos (Subtotal)</b>	49.011,79	135.299,34	111.607,55	-	-	-	72.703,58
CONSIGNAÇÕES	49.011,79	135.299,34	111.607,55	-	-	-	72.703,58
<b>Total</b>	164.787,51	302.945,81	208.352,20	-	-	16.828,45	242.552,67







## FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORTÊS

# BALANÇO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Demonstrações Contábeis de Gestão

Exercício de 2018

**Demonstrativo da Dívida Flutuante**  
Anexo XVI da Resolução TCE-PE nº 047/2018

**Prestação de Contas de Gestão**  
**Resolução TCE-PE nº 052, de 06 de fevereiro de 2019**



## APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis do fundo municipal de saúde contemplam a execução e a análise dos orçamentos fiscal e da seguridade social, bem como os aspectos relacionados ao patrimônio público e suas variações, sendo materializadas nos *Balancos Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido, e Demonstrativo da Dívida Flutuante acompanhados de Notas Explicativas*.

Para tanto, os dados da Prefeitura, Câmara, Fundos e demais entidades foram consolidados dentro do Sistema Contábil **E-Pública**.

Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV e XXV da Resolução TCE-PE nº 52, de 06 de fevereiro de 2019, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo II como por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo XXV), dentre outros.



Tratando especificamente sobre o Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal 4.320/64), o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco adaptou sua estrutura conforme modelo estabelecido nas Resoluções nº 47 e 48, ambas de 19 de dezembro de 2018, destacada a seguir:

ESTADO DE PERNAMBUCO							
TRIBUNAL DE CONTAS							
Resolução TC nº 47, de 19 de dezembro de 2018							
ANEXO XVI							
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE							
Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no período					Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa		Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		
			Pagamento	Cancelamento	Inscrição	Baixa	
Restos a pagar (Subtotal)							
Processados							
20x1...							
20x2...							
20xx...							
Subtotal dos RPP							
Não processados							
20x1...							
20x2...							
20xx...							
Subtotal dos RPNP							
Depósitos (Subtotal)							
Cauções							
Consignações							
(...)							
Outros Depósitos							
<b>Total</b>							

A estrutura definida pelo TCE-PE modifica a estrutura do Anexo 17 estabelecido na Lei Federal nº 4.320/64, dando ênfase aos restos a pagar. No entanto, mesmo com as modificações o demonstrativo não perde sua essência que é a de evidenciar os passivos de curto prazo do município, sendo complementadas por quadros e tabelas nesta nota explicativa.

Analisando os dados do exercício de 2018 do Anexo XVI do município, consta como saldo anterior o valor de R\$ 164.787,51. Durante o exercício houve inscrição no valor de R\$ 302.945,81, cancelamentos no valor de R\$ 0,00 e pagamentos (baixas) no valor de R\$ 208.352,20. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado houve inscrição na ordem de R\$ 0,00 e baixa no valor de R\$ 16.828,45. Desta forma, restou de saldo da dívida flutuante para o exercício seguinte o valor de R\$ 242.552,67. Diminuição no valor de R\$ 77.765,16 se comparado ao exercício de 2017.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes a dívida flutuante detalhando os grupos de contas e com referências cruzadas.

**JOSÉ REGINALDO MORAIS DOS SANTOS**  
**Prefeito**

**JAKELINE BORBA BARROS DE LIMA**  
**Secretária de Assistência Social**

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE REGINALDO MORAIS DOS SANTOS, WILMAR PIRES BEZERRA  
Asses em: https://stc.tce.pe.gov.br/epd/validaDoc.seam?Codigo\_documento=08ecec8-9c15-495e-ba0-04d8e286132

**BALANÇO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**Demonstrações Contábeis de Gestão**  
**Exercício de 2018**



(Resolução TCE-PE nº 052, de 06 de fevereiro de 2019)

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**(ANEXO 18 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)**

**a) INFORMAÇÕES GERAIS:**

<b>Nome do órgão ou entidade:</b> Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
<b>Natureza jurídica (conforme código da RFB):</b> 120-1 – Fundo Público
<b>CNPJ:</b> 11.444.094/0001-04.
<b>Domicílio do órgão ou entidade:</b> Rua Faustino Feitosa, nº 137 – Bairro: Centro – Cidade: Cortês – Pernambuco – CEP: 55.525-000.
<b>Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:</b> O Fundo Municipal de Assistência Social de Cortês concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 “Fundo Público” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A população estimada pelo IBGE é de 12.596 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 0,8. Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.068 de 26 de outubro de 2017 (LOA para o ano de 2018).
<b>Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:</b> Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
<b>Consolidação das demonstrações contábeis:</b> Está demonstração contábil abrange unicamente os dados executados pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Cortês, uma vez que se trata da prestação de contas desta entidade.
<b>Dados do Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social:</b> Nome: Jakeline Borba de Barros Lima. Cargo: Secretária de Assistência Social. Período de gestão: 01/01/2018 à 31/12/2020.
<b>Dados do contador do Fundo Municipal de Assistência Social responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas:</b> Nome: Wilmar Pires Bezerra. CRC-PE nº 015662/O-2. E-mail: wilmar@cespam.com.br.
<b>Dados do Controlador Geral do Município:</b> Nome: Rinaldo Ferreira de Lima. Portaria nº: GP N038/2018. E-mail: controleinterno.cortes@hotmail.com.
<b>Nome do Software de Contabilidade utilizado no município:</b> Sistema Contábil E-Pública
<b>Endereço eletrônico do Portal da Transparência:</b> <a href="http://www.cortes.pe.gov.br">http://www.cortes.pe.gov.br</a> .

**b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:**

<b>b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:</b> Os registros dos fatos contábeis que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. Não houve utilização do critério de exclusão das contas com o 5º nível igual a 2. A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 047/2018 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente. Na consolidação das demonstrações contábeis não foram excluídas as transações recíprocas de natureza intra-orçamentárias conforme Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TCE-PE nº 047/2018. Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo, obedecem ao disposto no art. 36
---



da Lei Federal nº 4.320/64. Os valores empenhados e pagos ou cancelados no próprio exercício não estão contidos demonstrativo e nem computados como restos a pagar.

#### **b.2. Bases de mensuração utilizadas:**

O Demonstrativo da Dívida Flutuante foi elaborado de forma sintética conforme determina o Anexo XVI da Resolução TCE-PE nº 047/2018. O regime utilizado para os registros nesta demonstração contábil foi o de competência conforme NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

##### **b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:**

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

##### **b.2.2 Créditos a curto prazo:**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

##### **b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:**

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

##### **b.2.4 Estoques:**

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

##### **b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:**

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2018, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2018, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

##### **b.2.6 Imobilizado:**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

##### **b.2.7 Intangível:**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

##### **b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:**



Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

#### **b.2.9 Passivo circulante e não circulante:**

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

#### **b.2.10 Empréstimos e financiamentos:**

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **b.2.11 Provisões:**

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

#### **b.2.12 Apuração do resultado:**

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

#### **b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:**

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

#### **b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Demonstrativo da Dívida Flutuante.

### **c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:**

#### **c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:**

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2018  
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

--



Resolução TC nº 52, de 06 de fevereiro de 2019  
Demonstrativo da Dívida Flutuante

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no período				Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa		Inscrição	Baixa		
			Pagamento	Cancelamento				
Restos a pagar (Subtotal)	115.775,72	167.646,47	96.744,65	-	-	16.828,45	169.849,09	
Processados								
Ano 2017	95.102,91	16.828,45	96.744,65	-	-	-	15.186,71	
Ano 2018	-	57.958,08	-	-	-	-	57.958,08	
Subtotal dos RPP	95.102,91	74.786,53	96.744,65	-	-	-	73.144,79	
Não Processados								
Ano 2016	2.640,00	-	-	-	-	-	2.640,00	
Ano 2017	18.032,81	-	-	-	-	16.828,45	1.204,36	
Ano 2018	-	92.859,94	-	-	-	-	92.859,94	
Subtotal dos RPNP	20.672,81	92.859,94	-	-	-	16.828,45	96.704,30	
Depósitos (Subtotal)	49.011,79	135.299,34	111.607,55	-	-	-	72.703,58	
CONSIGNAÇÕES	49.011,79	135.299,34	111.607,55	-	-	-	72.703,58	
Total	164.787,51	302.945,81	208.352,20	-	-	16.828,45	242.552,67	

**Nota 1) RESTOS A PAGAR:**

O saldo anterior dos restos a pagar foi de R\$ 115.775,72. Houve inscrição no total de R\$ 167.646,47, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 96.744,65 e cancelamento no valor de R\$ 0,00. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, foi inscrito no exercício o valor de R\$ 0,00 e baixa de R\$ 16.828,45, restando um saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 169.849,09.

**Nota 2) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:**

Utilizando a mesma análise do item anterior para os restos a pagar processados, a demonstração contábil mostra que o saldo anterior dos restos a pagar processado foi de R\$ 95.102,91. Houve inscrição no total de R\$ 74.786,53, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 96.744,65 e cancelamento no valor de R\$ 0,00. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, foi inscrito no exercício o valor de R\$ 0,00 e baixa de R\$ 0,00, restando um saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 73.144,79.

**Nota 3) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:**

O saldo anterior dos restos a pagar não processado foi de R\$ 20.672,81. Houve inscrição no total de R\$ 92.859,94, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 0,00 e cancelamento no valor de R\$ 0,00. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, foi inscrito no exercício o valor de R\$ 0,00 e baixa de R\$ 16.828,45, restando um saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 96.704,30.

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<b>DEPÓSITOS</b>				
<b>2.1.8.8.1.01.03.00.00.00 - ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES</b>	<b>788,52</b>	<b>0,00</b>	<b>788,52</b>	<b>0,00</b>
36 - ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	788,52	0,00	788,52	0,00
<b>2.1.8.8.1.01.04.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF</b>	<b>21.530,62</b>	<b>3.502,06</b>	<b>975,28</b>	<b>24.057,40</b>
15 - IRRF - PESSOA FISICA	0,00	38,08	0,00	38,08
16 - IRRF - PESSOA JURIDICA	0,00	675,00	0,00	675,00
24 - IRRF - SERVIDOR (FOLHA DE PAGAMENTO)	0,00	2.788,98	975,28	1.813,70
37 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	21.530,62	0,00	0,00	21.530,62
<b>2.1.8.8.1.01.08.00.00.00 - ISS</b>	<b>21.861,61</b>	<b>20.947,47</b>	<b>0,00</b>	<b>42.809,08</b>
13 - ISS - PESSOA FISICA	0,00	20.777,30	0,00	20.777,30
14 - ISS - PESSOA JURIDICA	0,00	170,17	0,00	170,17
38 - ISS	21.861,61	0,00	0,00	21.861,61
<b>2.1.8.8.1.01.10.00.00.00 - PENSÃO ALIMENTICIA</b>	<b>724,73</b>	<b>0,00</b>	<b>724,73</b>	<b>0,00</b>
20 - PENSÃO ALIMENTICIA	724,73	0,00	724,73	0,00
<b>2.1.8.8.1.01.15.00.00.00 - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>0,00</b>	<b>14.611,27</b>	<b>14.196,61</b>	<b>414,66</b>
18 - CONSIGNAÇÃO - CADIA	0,00	14.611,27	14.196,61	414,66
<b>2.1.8.8.1.01.18.00.00.00 - RETENCOES - SINDICATOS</b>	<b>0,00</b>	<b>2.516,29</b>	<b>2.320,54</b>	<b>195,75</b>
28 - SINDICATO DOS SERVIDORES	0,00	2.516,29	2.320,54	195,75
<b>2.1.8.8.1.01.99.00.00.00 - OUTROS CONSIGNATARIOS</b>	<b>4.106,31</b>	<b>93.722,25</b>	<b>92.601,87</b>	<b>5.226,69</b>
21 - INSS - PESSOA FISICA	0,00	44.355,34	43.221,03	1.134,31
23 - INSS - SERVIDOR (FOLHA DE PAGAMENTO)	0,00	23.625,27	23.422,01	203,26
26 - TAXA DE EXPEDIENTE	0,00	791,40	0,00	791,40
27 - SALARIO FAMILIA	0,00	1.071,74	1.010,24	61,50
29 - CONVÊNIO ODONTOLÓGICO	0,00	358,20	358,20	0,00
31 - CORTÊS-PREV (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	0,00	6.526,22	5.593,65	932,57
32 - CORTÊS-PREV (PLANO FINANCEIRO)	0,00	10.258,56	9.780,29	478,27
39 - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	2.052,56	0,00	2.052,56	0,00
40 - OUTROS DEPÓSITOS	2.053,75	0,00	2.053,75	0,00
46 - Salário Maternidade - FINANCEIRO	0,00	829,74	414,87	414,87
47 - Salário Maternidade - PREVIDENCIÁRIO	0,00	3.497,07	2.887,80	609,27
48 - Salário Família - INSS	0,00	1.046,43	856,17	190,26
49 - Salário Família - FINANCEIRO	0,00	632,95	380,52	252,43
50 - Salário Família - PREVIDENCIÁRIO	0,00	729,33	570,78	158,55
<b>SUBTOTAL</b>	<b>49.011,79</b>	<b>135.299,34</b>	<b>111.607,55</b>	<b>72.703,58</b>

**Nota 4) DEPÓSITOS:**



O saldo anterior dos depósitos foi de R\$ 49.011,79. Houve inscrição no total de R\$ 135.299,34, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 111.607,55 e cancelamento no valor de R\$ 0,00. Desta forma, o saldo final para o exercício seguinte foi de R\$ 72.703,58.

**Nota 5) ANÁLISE GERAL BASEADA NA LINHA TOTALIZADORA:**

Houve aumento da dívida fluante entre os exercícios de 2017 e 2018 na ordem de R\$ 77.765,16, uma vez que o saldo anterior foi de R\$ 164.787,51, as inscrições totais foram de R\$ 302.945,81, os pagamentos (baixas) no valor de R\$ 208.352,20 e cancelamentos no valor de R\$ 0,00. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, houve inscrição no valor de R\$ 0,00 e baixa no valor de R\$ 16.828,45. O saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 242.552,67.

**d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

<b>d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:</b> Não se aplica a este demonstrativo.
<b>d.2.Divulgações não financeiras:</b> Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.
<b>d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:</b> Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
<b>d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros do exercício:</b> Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registros do exercício.

**e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:**

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

**f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:**

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

**g) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 047/2018 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:**

<b>g.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:</b> A demonstração da dívida fluante é composta dos RAPS, depósitos e demais valores a curto prazo, estruturada nas contas: Saldo anterior, inscrição, cancelamento, baixa e saldo final.			
<b>g.2.Descrição dos Itens Mais Relevantes dos Depósitos:</b>			
Colocação/Relevância	Descrição da Conta	Valor (R\$)	
		2018	2017
1º	Restos a Pagar Processados	73.144,79	95.102,91
2º	Restos a Pagar Não Processados	96.704,30	20.672,81
3º	Depósitos	72.703,58	49.011,79
<b>g.3.Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações:</b> As retenções são consideradas como pagas no momento do recolhimento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.			

**h) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:**

<b>h.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):</b>				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	31/12/2017	Concluído





PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
<b>Ação</b>	<b>1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2021	Em andamento
<b>Ação</b>	<b>2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2021	Concluído
<b>Ação</b>	<b>3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	<b>4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	<b>5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2020	Em andamento
<b>Ação</b>	<b>7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2020	Em andamento
<b>Ação</b>	<b>8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2023	Em andamento
<b>Ação</b>	<b>9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2023	Em andamento
<b>Ação</b>	<b>10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	<b>11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	<b>12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Civis e Militares.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>



	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2016	Concluído
<b>Ação</b>	<b>14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
<b>Ação</b>	<b>15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2021	Concluído
<b>Ação</b>	<b>16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
<b>Ação</b>	<b>17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	<b>18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2022	Concluído
<b>Ação</b>	<b>19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído



PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

JAKELINE BORBA BARROS DE LIMA  
Secretária de Assistência Social

WILMAR PIRES BEZERRA  
Contador  
CRC-PE Nº 015662/O-2